



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sala 111 - 70044-900 – Brasília-DF.
Tel.: (61) 3311-6151/6571 - Fax: (61) 3311-6066 - e-mail: pregao@mc.gov.br

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO ELETRÔNICO 09/2013-MC

**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE
PEQUENO PORTE – Dec.6.204/2007)
PROCESSO N.º 53000.009984/2013-83**

Razão Social: _____

CNPJ sob o n.º _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através do acesso à página www.mc.gov.br ou www.comprasnet.gov.br,
nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura

Senhor(a) licitante,

Visando comunicação futura entre o Ministério das Comunicações e essa empresa, solicitamos o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra, ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, por meio do **endereço eletrônico: pregao@mc.gov.br**.

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas neste instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Brasília/DF, de _____ de 2013.

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 09/2013-MC
PROCESSO N.º 53000.009984/2013-83

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E COMBATE A ESCORPIÕES, COM FORNECIMENTO DE PRODUTOS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, LOCALIZADO NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO “R”, BRASÍLIA-DF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ÍNDICE:

<u>ITEM</u>	<u>ASSUNTO</u>	<u>PAG</u>
1 -	DAS ENVIO DAS PROPOSTAS	3
2 -	DO OBJETO	3
3 -	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
4 -	DO CREDENCIAMENTO	4
5 -	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	4
6 -	DO ENVIO DA PROPOSTA	6
7 -	DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
8 -	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	7
9 -	DA HABILITAÇÃO	9
10 -	DOS RECURSOS	11
11 -	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	11
12 -	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	12
13 -	DO TERMO DE CONTRATO	12
14 -	DA ACEITAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO E DA FISCALIZAÇÃO	12
15 -	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA	12
16 -	DO PAGAMENTO	13
17 -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	14
18 -	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
19 -	DO REAJUSTE	16
20 -	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
21 -	DO FORO	17



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sala 111 - 70044-900 – Brasília-DF.
Tel.: (61) 3311-6151/6571 - Fax: (61) 3311-6066 - e-mail: pregao@mc.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 09/2013-MC

PROCESSO N.º: 53000.009984/2013-83
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO
Data: 25/06/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

O Ministério das Comunicações, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 409, de 12 de setembro de 2012, publicada no DOU de 13 de setembro de 2012 torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, das Instruções Normativas n.ºs 02, de 30 de abril de 2008 e nº 02, de 11 de outubro de 2010, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas correlatas, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, de acordo com o que consta do Processo n.º **53000.009984/2013-83**.

Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência;
ANEXO II	Planilha de Orçamento;
ANEXO III	Modelo de Planilha de Formação de Preços;
ANEXO IV	Modelo de Minuta de Termo de Contrato.

1 ENVIO DAS PROPOSTAS

- 1.1 O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio www.comprasnet.gov.br, até às **10:00** horas do dia **25/06/2013**, hora e data para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.
- 1.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

2 DO OBJETO

- 2.1 Este Pregão Eletrônico é exclusivo para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização e combate a escorpiões, com fornecimento de produtos, mão de obra e equipamentos necessários, nas áreas internas e externas do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, localizado na

Esplanada dos Ministérios, bloco “R”, Brasília-DF, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2013, no valor estimado de R\$ 36.208,00 (trinta e seis mil, duzentos e oito reais), na classificação abaixo, conforme o orçamento constante do Anexo II.

Gestão/Unidade:	410043	PTRES:	066383
Fonte:	0100	Elemento de Despesa:	339039

4 DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pela interessada.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1 A participação neste Pregão é exclusiva às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 5.2 Será observado o disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 5.2.1 O enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo;
- 5.2.2 A empresa individual enquadrada nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, receberá o mesmo tratamento concedido pela referida Lei.

- 5.3 Não poderão participar desta licitação as entidades empresariais indicadas no item abaixo:
- 5.3.1 Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 5.3.2 Declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - 5.3.3 Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 5.3.4 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.4 Também é vedada a participação de:
- 5.4.1 Entidades empresariais estrangeiras;
 - 5.4.2 Quaisquer interessadas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.5 Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:
- 5.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.6 Deverá assinalar, ainda, “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.6.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 5.6.2 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.6.3 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 5.6.4 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.7 Não poderão participar as interessadas que tenham em seu quadro de pessoal servidor público que participe na gerência ou administração, salvo se estes se encontrarem de licença para trato de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei n.º 8.112/1990 ou a participação decorra dos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social.
- 5.7.1 Não poderão também participar desta licitação, os familiares de agente público que esteja investido em cargo em comissão ou função de confiança perante o Ministério das Comunicações, conforme vedação prevista no Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010.

6 DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1 A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do Sistema Eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.5 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, contendo os seguintes dados:
- 6.5.1 Conter valor unitário e valor total do produto ofertado, em moeda corrente conforme modelo de Planilha de Formação de Preços **constante do Anexo III** deste Edital. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros e entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;
- 6.5.2 Descrição detalhada do objeto, indicando no que forem aplicáveis às especificações mínimas previstas no Termo de Referência;
- 6.5.3 A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação.
- 6.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a **CONTRATADA**.
- 6.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.
- 6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7 DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as participantes;
- 7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo menor preço.
- 7.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.9 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 7.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 7.11 Se a desconexão perdurar por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro às participantes.
- 7.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14 Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei n.º 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 7.14.1 Produzidos no País;
- 7.14.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 7.14.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 7.15 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
--

- 8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.

- 8.2 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO** ofertado.
- 8.3 O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, devidamente justificado. Será desclassificada a oferta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexecutável, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.
- 8.4 Para efeito de aceitabilidade da menor proposta ou menor lance, considera-se manifestamente inexecutável, aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.
- 8.5 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG n.º 2, de 2008.
- 8.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 8.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.8 O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “**chat**” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas;
- 8.8.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.
- 8.9 Se a proposta ou lance de menor preço não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.11.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor;
- 8.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

- 8.12 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010.

9.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

9.1.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, a licitante será convocada a encaminhar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

- 9.2 As licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, nas condições seguintes:

9.2.1 Habilitação jurídica:

9.2.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.2.1.2 Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.2.1.4 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.6 Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 50 da Resolução - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 que Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

9.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

- 9.2.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
 - 9.2.2.3 Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
 - 9.2.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 9.2.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 9.2.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.3 As licitantes, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
- 9.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
 - 9.3.2 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente e ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, em plena validade;
 - 9.3.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 9.3.3.1 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;
 - 9.3.3.2 A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.
- 9.4 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelas licitantes, via fac-símile (fax) número (0xx61) 3311.6066, ou via e-mail pregao@mc.gov.br, no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail.
- 9.5 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

- 9.5.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.7 Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.9 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 O Pregoeiro declarará a vencedora e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo de 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.3 A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro a licitante vencedora.
- 10.3.1 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da

12 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto a licitante vencedora pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, após a sua apreciação pela própria autoridade competente.
- 12.2.1 A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou o material objeto deste Pregão Eletrônico, com vistas à verificação da aceitabilidade destes, antes da homologação do certame.

13 DO TERMO DE CONTRATO

- 13.1 Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 13.2 A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o Ministério das Comunicações para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data.
- 13.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.
- 13.4 Antes da assinatura do Termo de Contrato, o Ministério das Comunicações realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - **CADIN**, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 13.5 Se a adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14 DA ACEITAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO E DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1 Os critérios de aceitação do serviço prestado e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 15.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

16 DO PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento será efetuado em parcelas, após cada aplicação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, em moeda corrente, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil, contados da data de aceitação dos serviços, pelo Setor Competente do **CONTRATANTE**, prevista na Lei n.º 4.320/94.
- 16.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da lei n.º 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 16.2 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 16.2.1 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa será devolvida à **CONTRATADA** pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
- 16.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento dos fornecimentos nas condições contratadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados no Sistema.
- 16.4 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 16.5 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.
- 16.6 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 16.7 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.7.1 Não produziu os resultados acordados;
- 16.7.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.7.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.8 Será procedida consulta “**ON LINE**” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a Contratada, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de

recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a empresa deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

16.9 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério das Comunicações em favor do Contratado. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

16.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:

17.1.1 Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar a Autorização de Execução de Serviço, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2 Apresentar documentação falsa;

17.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5 Não manter a proposta;

17.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.7 Cometer fraude fiscal;

17.2 A licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

17.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

- 17.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 17.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.
- 17.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 17.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

18 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, encaminhada por meio do sítio: www.comprasnet.gov.br ou email: pregao@mc.gov.br.
- 18.1.1 Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por meio de fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais;
- 18.1.2 **O prazo para encaminhamento de impugnação encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 20/06/2013;**
- 18.1.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 18.1.4 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 18.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio Eletrônico via Internet, no sítio www.comprasnet.gov.br ou email: pregao@mc.gov.br.
- 18.2.1 Não serão reconhecidos os questionamentos/esclarecimentos interpostos por meio de fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais;
- 18.2.2 **O prazo para encaminhamento dos pedidos de questionamentos/esclarecimentos encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 19/06/2013.**
- 18.3 Os teores das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no Sistema Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados.
- 18.4 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19 DO REAJUSTE

- 19.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, não cabendo à **CONTRATADA** nenhuma espécie de cobrança, solicitação de reajustamento ou correção de preços.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 20.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.mc.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sobreloja, sala 111 - Brasília/DF, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 ou das 14:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada às interessadas.
- 20.10 Para as demais condições de prestação do objeto do presente Edital, deverão ser observadas as disposições constantes dos Anexos I a IV deste Edital.
- 20.11 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 20.12 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21 DO FORO

- 21.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília/DF, 13 de Junho de 2013.

IGOR FILIPE EUGENIO
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 09/2013-MC
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO N.º: 53000.009984/2013-83
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO
Data: 25/06/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

1 DO OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização e combate a escorpiões, com fornecimento de produtos, mão de obra e equipamentos necessários, nas áreas internas e externas do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Brasília-DF.

2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
--

- 2.1 A contratação se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação dos serviços, a fim de evitar a infestação de insetos, roedores e demais animais peçonhentos neste Ministério.
- 2.2 Os serviços de dedetização manterão as Unidades deste Ministério livres de tais animais, os quais tornam o ambiente de trabalho insalubre proporcionando a transmissão de doenças.

3 DO FUNDAMENTO

- 3.1 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas referente à desinsetização e desratização, objetivando a extinção temporária de insetos e roedores em diversas áreas (internas e externas) do Ministério, em cumprimento às normas e padrões de higienização ambiental, que encontra amparo legal na RDC n.º 052, de 22/10/2009; RDC n.º 020, de 12/05/2010 e RDC n.º 326, de 09/11/2005.
- 3.2 A **CONTRATADA** para fins de execução dos serviços deverá observar outras normas dispostas na legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

4 DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
--

- 4.1 Os serviços deverão ser realizados em todos os ambientes, tais como: gavetas, mesas, armários, prateleiras, banheiros, copas, portas, rodapés, caixas de inspeção de gorduras, esgotos sanitários, pluviais, caixas elétricas e telefônicas, materiais em estoques e outros locais determinados pelo **CONTRATANTE**.
- 4.2 Os serviços serão executados de acordo com os procedimentos abaixo:
- 4.2.1 **DESINSETIZAÇÃO** – Aplicação de produtos com registro no GGSAN (Gerência Geral de Saneantes do Ministério da Saúde), foto estável, não corrosivo, incolor, inodoro, ação tóxica de baixo risco ao ser humano, com acentuado efeito fulminante aos insetos e de longo efeito residual;
- 4.2.2 **DESRATIZAÇÃO** – Combate e extermínio de roedores, através de iscas granuladas e parafinadas a base de Brodifacoum em pontos estratégicos, nas

áreas internas e externas do Ministério das Comunicações, bem como em locais que constituem focos não acessíveis ao contato humano.

4.3 Das técnicas de aplicação:

- 4.3.1 **PULVERIZAÇÃO (spray):** emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos. Aplicações em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, portais tetos, caixas de inspeções em geral, lixeiras, sanitários, ralos, depósitos, estoques e etc;
- 4.3.2 **ISCAGEM:** para controle de roedores e formigas, de ação cumulativa, aplicada em áreas secas, especialmente grelhas, pátios, esgoto, caixas de inspeções, subsolo, etc;
- 4.3.3 **GEL:** inseticida à base de hidrometilona, carbamato ou similar empregado em locais que inviabilizem a aplicação de líquidos ou sprays, como copas, gavetas, mesas, armários, arquivos, prateleiras, e nos locais que justifiquem estas aplicações;
- 4.3.4 **DIACAP:** biocida microencapsulado utilizado no combate a escorpiões;
- 4.3.5 **TERMONEBULIZAÇÃO:** divisão de partículas químicas em subpartículas para áreas de difícil acesso.

- 4.4 Quando da execução dos serviços, deverão ser aplicados com orientação de técnico habilitado devidamente registrado no Conselho Profissional e observados procedimentos específicos, bem como empregados produtos e técnicas diferenciadas nas seguintes áreas: refeitório, biblioteca e copas, utilizando-se produtos eficientes e adequados nessas instalações, desde que previamente aprovados pelo **CONTRATANTE**.

5 DO CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS

- 5.1 Os serviços deverão ser realizados trimestralmente, com acompanhamento técnico, e compreenderão as aplicações intrafocal e perifocal, no que couber, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço, sem ônus, no caso de não se atingir o objetivo desejado, até a obtenção de um resultado eficaz.

6 DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 6.1 A garantia dos serviços será de 03 (três) meses para cada aplicação, com fornecimento do certificado de garantia. Ocorrendo o aparecimento de insetos, roedores e demais peçonhento, dentro deste período, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer o respectivo serviço sem ônus para o **CONTRATANTE**.

7 DO HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 A execução dos serviços objetos deste Termo de Referência obedecerá aos seguintes procedimentos:
 - 7.1.1 Os serviços deverão ser prestados, sempre, após o horário normal de expediente ou aos sábados, domingos e feriados, conforme conveniência da Administração;
 - 7.1.2 O **CONTRATANTE** promoverá o agendamento dos serviços notificando a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

- 7.2 Antes da execução dos serviços a **CONTRATADA** deverá fazer um mapeamento das instalações objetivando o nível de infestação do local e a respectiva restrição quanto ao acesso de pessoas ou outras informações pertinentes.
- 7.3 Em casos emergenciais, proliferações repentinas, a **CONTRATADA** deverá atender imediatamente, após a notificação pela área responsável do **CONTRATANTE**.

8 DA VIGÊNCIA

- 8.1 O Contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:
- a) Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;
 - b) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa efetuar os serviços dentro das normas estabelecidas no Contrato;
 - c) Expedir Ordem de Serviço (anexo I), por intermédio do Serviço de Atividades Auxiliares;
 - d) Efetuar o pagamento dos serviços executados;
 - e) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
 - f) Solicitar à **CONTRATADA** a execução dos serviços a cada trimestre;
 - g) Comunicar à **CONTRATADA** as irregularidades observadas na execução do Contrato;
 - h) Notificar à **CONTRATADA**, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas necessárias;
 - i) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**; e,
 - j) Permitir o ingresso de empregados da empresa nas dependências da **CONTRATADA** para execução dos serviços requeridos.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 São obrigações da **CONTRATADA**:
- a) Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição;
 - b) Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação;
 - c) Executar os serviços ora contratados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, fornecendo todo o material e mão de obra necessária para sua perfeita execução;
 - d) Substituir, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE**, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem

julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço Público;

- e) Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenização cabíveis;
- f) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, for vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências do **CONTRATANTE**;
- g) Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito do **CONTRATANTE**;
- h) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados, à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;
- i) Efetuar 01 (uma) aplicação geral a cada 03 (três) meses, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço sem ônus, quando for necessário;
- j) Fornecer além dos produtos a serem aplicados, todos os materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias a execução dos serviços;
- k) Encaminhar relação (nome e n.º. da carteira de identidade) dos executantes do serviço ao Serviço de Atividades Auxiliares, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do dia da aplicação;
- l) Utilizar na execução dos serviços, somente produtos aprovados pelo Ministério da Saúde;
- m) Responder por todos os ônus, tais como salários, encargos sociais e legais, uniformes, impostos, seguro, vale-transporte e outros;
- n) Levar imediatamente ao conhecimento da Fiscalização do Ministério das Comunicações qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como comunicar, por escrito, e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer nas dependências do **CONTRATANTE**;
- o) Acatar as instruções e observações que emanem da fiscalização do **CONTRATANTE**, refazendo qualquer trabalho não aceito;
- p) Manter todos os seus empregados identificados mediante uso de uniformes e crachás, quando em circulação nas dependências do **CONTRATANTE**;
- q) Ser responsável por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, responsabilizando-se também, por danos a terceiros;
- r) Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

- s) O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93;
- t) No caso de aparecimento de quaisquer tipos de insetos, em qualquer ponto da área aplicada, antes do término do prazo de garantia, repetir a aplicação tantas vezes quantas necessárias, em toda a área anteriormente desinsetizada, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- u) Conter na proposta de preços o prazo de garantia de três meses, para os serviços executados;
- v) Fornecer para uso de seus empregados Equipamento de Proteção Individual (EPI), adequado ao risco, requerido na execução das atividades, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo que todos EPI's devem possuir Certificado de Aprovação - C.A. expedido pelo Ministério do Trabalho e INMETRO;
- w) Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei n.º 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto n.º 4.074, de 2002, e legislação correlata;
- x) A **CONTRATADA** deverá informar, antecipadamente, o nome completo, o número da carteira de identidade dos funcionários que irão executar os serviços e deverão portar crachá de identificação contendo foto, nome completo e o nome da **CONTRATADA**;

11 DO PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será efetuado em parcelas, após cada aplicação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, em moeda corrente, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil, contados da data de aceitação dos serviços, pelo Setor Competente do **CONTRATANTE**, prevista na Lei n.º 4.320/94.
 - 11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da lei n.º 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 11.2 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
 - 11.2.1 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa será devolvida à **CONTRATADA** pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
- 11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento dos fornecimentos nas condições contratadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados no Sistema.

- 11.4 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 11.5 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.
- 11.6 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 11.7 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 11.7.1 Não produziu os resultados acordados;
- 11.7.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 11.7.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 11.8 Será procedida consulta “**ON LINE**” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a Contratada, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a empresa deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.
- 11.9 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério das Comunicações em favor do Contratado. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 11.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

365

12 DAS PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

12.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 Fraudar na execução do contrato;

12.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 Cometer fraude fiscal;

12.1.6 Não manter a proposta;

12.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;

b) Multa compensatória e moratória, na forma a seguir especificada:

b.1) A multa por atraso na entrega dos materiais/serviços, por culpa da **CONTRATADA**, será representada por percentual do valor contratado, não excedendo a 10% (dez por cento) do referido valor e será calculada pela seguinte fórmula:

$M = 0,1 * A * F$, onde:

M = percentual representativo da multa

A = atraso em dias corridos

F = fator relativo à importância e criticidade de prazos de fornecimento:

F=1 – baixa criticidade

F=2 – média criticidade

F=3 – alta criticidade

Nota: Para esta contratação o fator de criticidade a ser considerado será: alta criticidade (f=3).

b.2) Pelo não cumprimento de qualquer condição pactuada no contrato e não abrangida pela alínea anterior, 2% (dois por cento) do valor total do contrato para cada evento;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Impedimento de licitar e contratar com a União com consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

12.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos por ventura ainda devida à contratada ou recolhidas diretamente à conta corrente do Ministério das Comunicações, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação do ato de punição ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93.

12.5 As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

12.6 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do **CONTRATANTE**, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.

12.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

12.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observando o princípio da proporcionalidade.

12.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13 DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAL, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à **CONTRATADA** (Art. 67 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações e Art. 6º do Decreto 2.271/97).

13.2 A fiscalização que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).

14 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 14.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 14.2 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente a este Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

N.º 09/2013-MC

ANEXO II – PLANILHA DE ORÇAMENTO

PROCESSO N.º: 53000.009984/2013-83
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO
Data: 25/06/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO (SPRAY, GEL E TERMONEBULIZAÇÃO) E DESRATIZAÇÃO NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL DE APLICAÇÕES.	VALOR. UNIT. POR APLICAÇÃO R\$	VALOR. TOTAL R\$
01	Desinsetização (Spray, Gel e Termonebulização) e desratização nas áreas internas e externas do Edifício Sede do Ministério das Comunicações.	Ser.	4	9.052,00	36.208,00
Valor total R\$					36.208,00

OBS.: Esta planilha é simplesmente o modelo para demonstração da composição de custos, portanto, cada empresa poderá apresentar a sua própria planilha.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 09/2013-MC

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO N.º: 53000.009984/2013-83
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO
Data: 25/06/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no(a) _____ (endereço completo), para o fornecimento de _____, conforme estabelecido no **Pregão Eletrônico n.º 09/2013-MC**.

Os nossos preços ofertados na presente licitação são os constantes do quadro seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL DE APLICAÇÕES.	VALOR. UNIT. POR APLICAÇÃO R\$	VALOR. TOTAL R\$
01	Desinsetização (Spray, Gel e Termonebulização) e desratização nas áreas internas e externas do Edifício Sede do Ministério das Comunicações.	Ser.	4		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

(*)  VALOR A SER INSERIDO NO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA FASE DE LANCES

.....
Local e data

.....
Assinatura e carimbo (representante da empresa)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

N.º 09/2013-MC

ANEXO IV – MODELO DE MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO N.º: 53000.009984/2013-83
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO
Data: 25/06/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

**CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, E A
EMPRESA_____.**

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.437/0003-19, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, em Brasília, Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, com competência para assinar contratos, nos termos do Art. 74, § 2º, Capítulo IV, Anexo II do Regimento Interno aprovado pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 143, de 9 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 2012 e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu _____, Senhor _____, brasileiro, _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____ SSP/**** e CPF n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 53000.009984/2013-83 e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, das Instruções Normativas n.ºs 02, de 30 de abril de 2008 e n.º 02, de 11 de outubro de 2010, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 09/2013-MC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização e combate a escorpiões, com fornecimento de produtos, mão de obra e equipamentos necessários, nas áreas internas e externas do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, localizado na Esplanada dos Ministérios, bloco “R”, Brasília-DF, conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico n.º 0xx/2013-MC e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que ficam fazendo parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

- 2.1 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas referente à desinsetização e desratização, objetivando a extinção temporária de insetos e roedores em diversas áreas (internas e externas) deste Ministério, em cumprimento às normas e padrões de higienização ambiental, que encontra amparo legal na RDC n.º 052, de 22 de outubro de 2009, RDC n.º 020, de 12 de maio de 2010 e RDC n.º 326, de 09 de novembro de 2005.

- 2.2 A **CONTRATADA** para fins de execução dos serviços deverá observar outras normas dispostas na legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 3.1 Os serviços deverão ser realizados em todos os ambientes, tais como: gavetas, mesas, armários, prateleiras, banheiros, copas, portas, rodapés, caixas de inspeção de gorduras, esgotos sanitários, pluviais, caixas elétricas e telefônicas, materiais em estoques e outros locais determinados pelo **CONTRATANTE**.
- 3.2 Os serviços serão executados de acordo com os procedimentos abaixo:
- 3.2.1 **DESINSETIZAÇÃO** – Aplicação de produtos com registro no GGSAN (Gerência Geral de Saneantes do Ministério da Saúde), foto estável, não corrosivo, incolor, inodoro, ação tóxica de baixo risco ao ser humano, com acentuado efeito fulminante aos insetos e de longo efeito residual;
- 3.2.2 **DESRATIZAÇÃO** – Combate e extermínio de roedores, através de iscas granuladas e parafinadas a base de Brodifacoum em pontos estratégicos, nas áreas internas e externas do Ministério das Comunicações, bem como em locais que constituem focos não acessíveis ao contato humano.
- 3.3 Das técnicas de aplicação:
- 3.3.1 **PULVERIZAÇÃO (spray)**: emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos. Aplicações em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, portais tetos, caixas de inspeções em geral, lixeiras, sanitários, ralos, depósitos, estoques e etc;
- 3.3.2 **ISCAGEM**: para controle de roedores e formigas, de ação cumulativa, aplicada em áreas secas, especialmente grelhas, pátios, esgoto, caixas de inspeções, subsolo, etc;
- 3.3.3 **GEL**: inseticida à base de hidrometilona, carbamato ou similar empregado em locais que inviabilizem a aplicação de líquidos ou sprays, como copas, gavetas, mesas, armários, arquivos, prateleiras, e nos locais que justifiquem estas aplicações;
- 3.3.4 **DIACAP**: biocida microencapsulado utilizado no combate a escorpiões;
- 3.3.5 **TERMONEBULIZAÇÃO**: divisão de partículas químicas em subpartículas para áreas de difícil acesso.
- 3.4 Quando da execução dos serviços, deverão ser aplicados com orientação de técnico habilitado devidamente registrado no Conselho Profissional e observados procedimentos específicos, bem como empregados produtos e técnicas diferenciadas nas seguintes áreas: refeitório, biblioteca e copas, utilizando-se produtos eficientes e adequados nessas instalações, desde que previamente aprovados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - DO CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS

- 4.1 Os serviços deverão ser realizados trimestralmente, com acompanhamento técnico, e compreenderão as aplicações intrafocal e perifocal, no que couber, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço, sem ônus, no caso de não se atingir o objetivo desejado, até a obtenção de um resultado eficaz.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 5.1 A garantia dos serviços será de 03 (três) meses para cada aplicação, com fornecimento do certificado de garantia. Ocorrendo o aparecimento de insetos, roedores e demais peçonhento, dentro deste período, fica a contratada obrigada a refazer o respectivo serviço sem ônus para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DO HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 A execução dos serviços objetos deste Termo de Referência obedecerá aos seguintes procedimentos:
- 6.1.1 Os serviços deverão ser prestados, sempre, após o horário normal de expediente ou aos sábados, domingos e feriados, conforme conveniência da Administração;
- 6.1.2 O **CONTRATANTE** promoverá o agendamento dos serviços notificando a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- 6.2 Antes da execução dos serviços a **CONTRATADA** deverá fazer um mapeamento das instalações objetivando o nível de infestação do local e a respectiva restrição quanto ao acesso de pessoas ou outras informações pertinentes.
- 6.3 Em casos emergenciais, proliferações repentinas, a **CONTRATADA** deverá atender imediatamente, após a notificação pela área responsável do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:
- a) Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;
 - b) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa efetuar os serviços dentro das normas estabelecidas no Contrato;
 - c) Expedir Ordem de Serviço (anexo I), por intermédio do Serviço de Atividades Auxiliares;
 - d) Efetuar o pagamento dos serviços executados;
 - e) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
 - f) Solicitar à **CONTRATADA** a execução dos serviços a cada trimestre;
 - g) Comunicar à **CONTRATADA** as irregularidades observadas na execução do Contrato;
 - h) Notificar à **CONTRATADA**, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas necessárias;
 - i) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**; e,
 - j) Permitir o ingresso de empregados da empresa nas dependências da **CONTRATADA** para execução dos serviços requeridos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação;
- c) Executar os serviços ora contratados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, fornecendo todo o material e mão de obra necessária para sua perfeita execução;
- d) Substituir, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE**, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço Público;
- e) Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenização cabíveis;
- f) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, for vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências do **CONTRATANTE**;
- g) Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito do **CONTRATANTE**;
- h) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados, à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;
- i) Efetuar 01 (uma) aplicação geral a cada 03 (três) meses, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço sem ônus, quando for necessário;
- j) Fornecer além dos produtos a serem aplicados, todos os materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias a execução dos serviços;
- k) Encaminhar relação (nome e n.º. da carteira de identidade) dos executantes do serviço ao Serviço de Atividades Auxiliares, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do dia da aplicação;
- l) Utilizar na execução dos serviços, somente produtos aprovados pelo Ministério da Saúde;
- m) Responder por todos os ônus, tais como salários, encargos sociais e legais, uniformes, impostos, seguro, vale-transporte e outros;
- n) Levar imediatamente ao conhecimento da Fiscalização do Ministério das Comunicações qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como comunicar, por escrito, e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer nas dependências do **CONTRATANTE**;

- o) Acatar as instruções e observações que emanem da fiscalização do **CONTRATANTE**, refazendo qualquer trabalho não aceito;
- p) Manter todos os seus empregados identificados mediante uso de uniformes e crachás, quando em circulação nas dependências do **CONTRATANTE**;
- q) Ser responsável por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, responsabilizando-se também, por danos a terceiros;
- r) Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- s) O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93;
- t) No caso de aparecimento de quaisquer tipos de insetos, em qualquer ponto da área aplicada, antes do término do prazo de garantia, repetir a aplicação tantas vezes quantas necessárias, em toda a área anteriormente desinsetizada, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- u) Conter na proposta de preços o prazo de garantia de três meses, para os serviços executados;
- v) Fornecer para uso de seus empregados Equipamento de Proteção Individual (EPI), adequado ao risco, requerido na execução das atividades, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo que todos EPI's devem possuir Certificado de Aprovação - C.A. expedido pelo Ministério do Trabalho e INMETRO;
- w) Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei n.º 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto n.º 4.074, de 2002, e legislação correlata;
- x) A **CONTRATADA** deverá informar, antecipadamente, o nome completo, o número da carteira de identidade dos funcionários que irão executar os serviços e deverão portar crachá de identificação contendo foto, nome completo e o nome da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

- 9.1 O Contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAL, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à **CONTRATADA** (Art. 67 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações e Art. 6º do Decreto 2.271/97).
- 10.2 A fiscalização que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como no art. 7º do Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012.

11.2 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente aos ao Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PREÇOS

21.2 Os preços serão fixos e irreajustáveis, não cabendo à **CONTRATADA** nenhuma espécie de cobrança, solicitação de reajustamento ou correção de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

13.1 A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta de Créditos Orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para 2013, a cargo do **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho n.º *****, Elemento de Despesa n.º *****, Fonte de Recursos n.º *****.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1 Para atender às despesas do presente Contrato foi emitida a Nota de Empenho nº *****, datada de ***/**/***** no valor de R\$ ***** (*****), sem prejuízo da emissão de reforços ou anulações em razão da disponibilidade orçamentária ou em decorrência de alterações no Programa de Trabalho ou, ainda, novas determinações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 O valor total estimado deste Contrato é de R\$ ***** (*****), composto da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL DE APLICAÇÕES	VALOR. UNIT. POR APLICAÇÕES R\$	VALOR. TOTAL R\$
01	Desinsetização (Spray, Gel e Termonebulização) e desratização nas áreas internas e externas do Edifício Sede do Ministério das Comunicações.	Ser.	4		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

14.2 O pagamento será efetuado em parcelas, após cada aplicação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, em moeda corrente, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil,

contados da data de aceitação dos serviços, pelo Setor Competente do **CONTRATANTE**, prevista na Lei n.º 4.320/94.

- 14.2.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassam o limite de que trata o inciso II do art. 24 da lei n.º 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 14.3 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 14.3.1 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa será devolvida à **CONTRATADA** pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
- 14.4 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento dos fornecimentos nas condições contratadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados no Sistema.
- 14.5 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 14.6 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.
- 14.7 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 14.8 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 14.8.1 Não produziu os resultados acordados;
- 14.8.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 14.8.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.9 Será procedida consulta “**ON LINE**” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a Contratada, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a empresa deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.
- 14.10 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério das Comunicações em favor do Contratado. Caso o mesmo

seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

- 14.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

- 15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

- 15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3 Fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 15.1.6 Não mantiver a proposta;

- 15.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;
- b) Multa compensatória e moratória, na forma a seguir especificada:
 - b.1) A multa por atraso na entrega dos materiais/serviços, por culpa da **CONTRATADA**, será representada por percentual do valor contratado, não excedendo a 10% (dez por cento) do referido valor e será calculada pela seguinte fórmula:

$M = 0,1 \times A \times F$, onde:

M = percentual representativo da multa

A = atraso em dias corridos

F = fator relativo à importância e criticidade de prazos de fornecimento:

F=1 – baixa criticidade

F=2 – média criticidade

F=3 – alta criticidade

Nota: Para esta contratação o fator de criticidade a ser considerado será: alta criticidade (f=3).

b.2) Pelo não cumprimento de qualquer condição pactuada no contrato e não abrangida pela alínea anterior, 2% (dois por cento) do valor total do contrato para cada evento;

- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União com consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** que:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos por ventura ainda devida à contratada ou recolhidas diretamente à conta corrente do Ministério das Comunicações, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação do ato de punição ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93.

15.5 As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

15.6 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do **CONTRATANTE**, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.

15.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**,

observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observando o princípio da proporcionalidade.

15.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1 Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei n.º 8.666/93, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado na prestação do serviço;
- e) A paralisação na prestação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do **CONTRATANTE** designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A instauração de insolvência civil ou a decretação de falência;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do **CONTRATANTE**, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- m) A supressão, por parte do **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento);

- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso, superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte do **CONTRATANTE**, de área ou local para o fornecimento do bem adquirido;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos especificados nas alíneas "a" a "l" e "q" do subitem 17.1 desta Cláusula;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

17.3 A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80 da Lei n.º 8666/93.

17.4 Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 O **CONTRATANTE** providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato deste Contrato no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal.

20.2 Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e 02 (duas) testemunhas.

Brasília/DF, de de 2013.

Pelo CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF :

NOME:

CPF :